



7º Encontro Internacional de Política Social 14º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Contrarreformas ou Revolução: respostas ao
capitalismo em crise

Vitória (ES, Brasil), 3 a 6 de junho de 2019

Eixo: Serviço social: fundamentos, formação e trabalho profissional.

O CARÁTER EMBRIONÁRIO DO SERVIÇO SOCIAL EM PERNAMBUCO EM 1940

Adilson Aquino Silveira Júnior¹

Bruna Soares Farias²

Camila Sobral Leite Lyra Montalvão³

Lenita Maria Maciel de Almeida⁴

Resumo

O artigo apresenta os resultados de uma pesquisa sobre o desenvolvimento do Serviço Social em Pernambuco, destacando-se para a discussão a década de 1940. Foram utilizados como fonte de dados os documentos da Escola de Serviço Social de Pernambuco (1940-1970) e as monografias de suas alunas, bem como estudos acadêmicos que abordam o Serviço Social em Pernambuco. O trabalho divide-se em duas seções: periodização do desenvolvimento do Serviço Social em Pernambuco e aspectos do corpo profissional, sendo a última dividida em quatro subseções: condições estruturais e institucionais para a constituição da formação profissional; quantitativo de profissionais formados; bases legais de reconhecimento; e adensamento de espaços sócio-ocupacionais.

Palavras-chave: Serviço Social; Espaços ocupacionais; Formação profissional.

The embryonic feature of Social Work in Pernambuco in the 1940s

Abstract

This paper presents the results of a research about the development of Social Work in Pernambuco, focusing on the 1940s for this discussion. The study has as its sources the documents of the School of Social Work of Pernambuco (1940-1970) and the monographs of its students, alongside with academic studies which approach Social Work in Pernambuco. This work is divided in two sections: periodization of the development of Social Work in Pernambuco and preventing aspects for the existence of a professional organism. The second one is divided in four subsections: structural and institutional conditions for the constitution of a professional qualification; number of graduated professionals; legal bases of recognition; and the densification of socio-occupational spaces.

Keywords: Social Work; Occupational spaces; Professional qualification.

1. Introdução

O presente estudo aborda as tendências do desenvolvimento do Serviço Social em Pernambuco nos anos 1940. Sob a hipótese de que tal processo se estendeu

¹Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco e professor do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: <j_r1987@hotmail.com>.

² Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: <bsfarias@live.com>.

³ Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: <camila.b58@gmail.com>.

⁴ Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: <lenita.mma@gmail.com>.

por toda a década em tela, resultaria deste uma de suas particularidades: ele nasce dinamizado já por alguns vetores que marcam o estágio de “erosão do Serviço Social ‘tradicional’ no Brasil” (NETTO, 2004). Apresentaremos notas históricas, resultantes de pesquisa documental, que enfocam os aspectos que definem o caráter embrionário do Serviço Social em Pernambuco nos anos 1940, segundo as variáveis relativas à formação e corpo profissional, institucionalização e espaços ocupacionais.

O material empírico usado como base para a referida caracterização e a formulação da hipótese diretriz aqui sustentada diz respeito aos documentos da antiga Escola de Serviço Social de Pernambuco (ESS/PE) e às monografias desenvolvidas pelas alunas dessa instituição entre os anos 1940-1960, além das evidências informadas em pesquisas e artigos que se debruçaram sobre essa realidade (BERNARDES, 2006; GOMES, 1987; VIEIRA, 1992; PADILHA, 2008; UFPE, 1985).

Como formulado por Netto (2005), a atividade profissional assalariada encontra-se respaldada por sua funcionalidade no espectro da divisão social (e técnica) do trabalho na sociedade burguesa consolidada e madura; diga-se, na ordem monopólica que cria e funda essa profissionalidade. O Serviço Social intervém nos mecanismos elementares de preservação e controle da força de trabalho e, concomitantemente, nos “serviços” acionados pelo Estado para reduzir o conjunto de óbices nos quais se enreda a valorização do capital no ordenamento dos monopólios, não desempenhando, preferencialmente, funções produtivas. Em suma, o Serviço Social “[...] desenvolveu-se legitimando-se precisamente como interveniente prático-empírico e organizador simbólico no âmbito das políticas públicas” (p. 79). Ou, nos termos de Yamamoto & Carvalho (2005): como profissão inscrita na divisão social do trabalho, o Serviço Social “[...] situa-se no processo da reprodução das relações sociais, fundamentalmente como uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e da difusão da ideologia da classe dominante junto à classe trabalhadora” (p. 94).

Na literatura profissional, há um quadro de escassez de pesquisas que forneçam informações rigorosas e precisas sobre o processo de desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, permanecendo o rico trabalho de Yamamoto e Carvalho (2005), centrado nesse processo apenas até a década de 1960, ainda “[...] até hoje, enquanto empreendimento de análise histórica, sem continuidade entre nós” (NETTO, 2016, p. 55). No entanto, além do limite temporal na reconstrução histórica do Serviço Social no Brasil contida nesse trabalho, o material empírico, e os aspectos da realidade,

praticamente estão centrados nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, os quais comportam tendências que não podem ser diretamente transplantadas para outras realidades regionais. Essa lacuna nos interessa em particular, posto que o estudo do Serviço Social em Pernambuco nos anos 1940 pode contribuir para explicitar os ritmos desiguais e a diferenciação interna do evoluir da profissão, efetivamente presentes desde sua gênese no país.

2. Periodização do desenvolvimento do Serviço Social em Pernambuco

De partida, propomos uma periodização para *o desenvolvimento do Serviço Social em Pernambuco* que, mesmo de modo aproximado, localiza no decorrer da década de 1940 o estágio que marca sua *emergência*, nos anos 1950 o período onde se alcançam os principais requisitos da sua *profissionalização*, e, do próximo decênio em diante, a época de sua *consolidação* – cuja afirmação ganha lastro quanto mais se desdobram as circunstâncias econômicas, institucionais e políticas dos anos 1970. A diferenciação entre tais estágios não supõe uma leitura esquemática – seja qualquer espécie de “etapismo” evolucionista ou visão teleológica – da história do Serviço Social no estado. Com efeito, os processos da sua emergência, profissionalização e consolidação constituem uma unidade dinâmica, ricamente forjada por interações recíprocas. Tal diferenciação se justifica porque a própria realidade comporta – no seio mesmo dessa dialética unitária e movente – uma *combinação de determinações* estruturadora de *momentos predominantes* que se diferenciam no curso de um desenvolvimento cumulativo. Assim, a diferenciação dos referidos estágios, para apreender a história do Serviço Social em Pernambuco, apenas pretende reproduzir, com máxima aproximação possível, o movimento que preside essa realidade.

As evidências disponíveis informam que o Serviço Social em Pernambuco demorou, praticamente, toda a década de 1940 para consolidar os pressupostos indispensáveis à sua existência mesma. Ou seja, esse é o lapso de tempo que marca sua *emergência* ou *gestação*. Tais pressupostos serão detalhados na próxima seção do texto, e se resumem aos seguintes vetores: as condições necessárias para uma formação especializada, uma densidade mínima dos quadros discentes e profissionais disponíveis, algum lastro de reconhecimento legal do seu caráter profissional e a conformação de espaços ocupacionais institucionalizados de algum vulto. Tais

requisitos foram, em alguma medida, contemplados na passagem para a década de 1950. E é nesta última em que se concentram os determinantes e acontecimentos característicos da *profissionalização* do Serviço Social – concomitante a afirmação e aprofundamento daqueles vetores basilares da sua emergência, desencadeados desde antes.

A *profissionalização* supõe – além daqueles vetores da emergência já firmados – o reconhecimento abrangente – pelo Estado em suas diversas esferas – do Serviço Social enquanto campo profissional, e do portador do diploma de assistente social como legítimo e exclusivo agente com capacidade e competência para desenvolver as atribuições relativas à área em questão. Portanto, com o direito de reclamar o Serviço Social como sua esfera privativa de inserção no mercado da força de trabalho. Além da conquista de uma legislação voltada à regulamentação do Serviço Social de larga abrangência, a existência de entidades para fiscalização do exercício e defesa corporativa, a *profissionalização* envolve processos também amplos de normatização e padronização dos critérios de ensino (superior) e das agências de formação (IAMAMOTO e CARVALHO, 2005; NETTO, 2013, 2004, 2005, 1996). Nesse aspecto, o Serviço Social em Pernambuco não destoa do que ocorria em nível nacional. O caráter necessariamente abrangente das regulamentações e normatizações do estágio de *profissionalização* requer uma legislação federal que equaliza esse processo entre todos os estados. Mais adiante demonstraremos como isso ocorre no curso da década de 1950.

O alcance do estágio da *consolidação* do Serviço Social supõe a sua *emergência* e *profissionalização*, mas não se resume as mesmas. Sua marca é uma certa *generalização da profissão*, com a conseqüente multiplicação quantitativa dos agentes profissionais (sustentada na existência de um mercado nacional de trabalho, macroscópico e consolidado, para os assistentes sociais) e do corpo discente; a *diferenciação da intervenção profissional*, com a complexificação do aparato teórico, metodológico e técnico-operativo, dispondo de viabilidade institucional para efetivação; o *adensamento e diferenciação dos espaços ocupacionais disponíveis*, com a conquista de uma variada possibilidade de inserção nas hierarquias institucionais e equipes multiprofissionais; o *robustecimento da elaboração teórica caucionado pela inserção no circuito universitário*, do qual se desdobra uma produção de conhecimento (ou sistematização teórica) desde a própria área do Serviço Social (NETTO, 2013,

2004). Nesse texto, não abordaremos a particularidade desses processos no Serviço Social em Pernambuco. Pretendemos apenas sinalizar para o fato de que alguns de seus aspectos despontam ainda nos anos 1960, mas tão somente ganham consistência no decorrer da década seguinte em diante.

Esta periodização aqui proposta não corresponde sincronicamente àqueles três momentos – que extraímos aqui de Netto (2004, p. 115-151) – do evoluir do Serviço Social na particularidade brasileira, ou seja: (1ª) o lapso onde predominam os traços que o enquadram no *tradicionalismo* (enquanto “Serviço Social tradicional”⁵) – inscrito entre os anos de criação das primeiras Escolas e meados da década de 1950; (2ª) o estágio de transição no qual o tradicionalismo em erosão vai sendo derruído por novas tendências – vigente, aproximadamente, durante o segundo lustro dos anos 1950, até os primeiros momentos do ciclo ditatorial; e (3ª) o intervalo decisivo da precipitação dessa erosão na forma que tomou o “processo de renovação do Serviço Social”⁶ – cujo desfecho apenas foi alcançado efetivamente no decorrer dos anos 1970 e início da década seguinte. Dado que o desenlace da *emergência* do Serviço Social em Pernambuco não acontece antes de encerrados os anos 1940, verificamos que este já *nasce dinamizado por algumas características que marcam o estágio de transição*. Ou seja, quando o tradicionalismo encontra-se sendo problematizado por algumas variáveis e condicionamentos que fornecem suporte para o processo de renovação – dentre essas variáveis, destacam-se: a erosão da influência católica, a afirmação da hegemonia norte-americana, os traços germinais da profissionalização e um esboço de diversificação das modalidades de intervenção. Ou, seguindo outra abordagem, isso significa que o Serviço Social em Pernambuco não emerge puramente constituído pelo conservadorismo característico do que Abreu (2008) denomina de

⁵ Netto (2004, p. 117-118, nota) sugere entender o Serviço Social “tradicional” como “[...] ‘a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada’ dos profissionais, parametrada ‘por uma ética liberal-burguesa’ e cuja teleologia ‘consiste na correção – desde um ponto de vista funcionalista – de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável’”.

⁶ Para Netto (2004, p. 131), se entende por renovação “[...] o conjunto de características novas que, no marco das constrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais.”

“perfil pedagógico da ‘ajuda’”.⁷ Ele desponta dinamizado também por elementos – ainda que inicialmente incipientes – do “perfil pedagógico da ‘participação’”⁸. Nesse texto, não iremos explorar as características e implicações dessa particularidade. Delimitaremos, na sequência, apenas os aspectos conformadores do *caráter embrionário* do Serviço Social em Pernambuco nos anos 1940, década que marca o estágio da sua *emergência*.

3. Aspectos do corpo profissional em Pernambuco nos anos 1940

3.1 Condições estruturais e institucionais para a constituição da formação profissional

Ainda estavam sendo garantidas, do decorrer da primeira metade da década, as condições satisfatórias para constituir a *formação especializada*. Por um lado, pense-se no fato de que até finais de 1945 a ESS/PE⁹ não possuía sede própria, estando alojada nas dependências do Juizado de Menores, onde padecia de problemas (de ordem pedagógica e disciplinar) decorrentes das suas dificuldades financeiras (todos os colaboradores, naquele momento, trabalhavam sem qualquer remuneração) e suas limitadas instalações. Apenas em 1946 começou a contar com estrutura adequada e pessoal especializado. Do ponto de vista das estruturas de funcionamento, ao final

⁷ Esse perfil pedagógico marca a constituição do Serviço Social, desde a sua institucionalização como profissão, nos Estados Unidos, na segunda década do século XX. Surge como o conteúdo do Serviço Social de Caso, enquanto “ajuda psicossocial individualizada”, que, na formulação de Mary Richmond refere-se a um tratamento prolongado e intensivo, centrado no desenvolvimento da personalidade, com vistas na capacitação do indivíduo para o ajustamento ao mundo que o cerca. A “ajuda psicossocial individualizada” vincula-se às estratégias de reforma moral e de reintegração social impostas pelas necessidades organizacionais e tecnológicas, introduzidas com a linha de montagem nos moldes fordista e taylorista, em relação à formação de um novo tipo de trabalhador (ABREU, 2008).

⁸ Trata-se de um redimensionamento da participação nas práticas pedagógicas controladoras e subalternizadoras do Serviço Social, constituindo-se na referência de inovação metodológica numa pretensa “perspectiva de globalidade”. Nesses marcos, se afirmam os processos de mobilização e organização como desdobramentos das propostas de Desenvolvimento de Comunidade (DC), que reitera as práticas educativas psicologizantes, sob a influência da visão desenvolvimentista modernizadora (ABREU, 2008).

⁹ A ESS/PE foi fundada em 1940, pelo Juiz de Direito Rodolfo Aureliano, sendo extinta e incorporada à UFPE em 1971. Consiste na terceira Escola de Serviço Social criada no Brasil, precedida pela de São Paulo (criada em 1936) e a do Rio de Janeiro (criada em 1937). Para a criação, seu fundador (e o grupo de apoiadores) contou com as orientações da União Católica Internacional de Serviço Social (UCISS). O grupo de juristas, médicos e padres, ligados ao Juizado de Menores e ao Círculo Operário do Recife, fundador da ESS/PE, inscrevia-se na ala mais progressista da igreja (e mesmo leiga), com cariz humanista. Concomitante ao início do funcionamento, ocorreu o intercâmbio de três alunas para o Instituto Social no Rio de Janeiro, a fim de se prepararem para a profissão, e assumirem a ESS/PE no seu retorno – foram elas Maria de Lourdes Almeida de Moraes, Maria Dolores Cruz Coelho e Hebe Gonçalves.

de 1945 adquire sede própria (então localizada na Rua Conde da Boa Vista, nº 1512), viabilizada através de donativo da *Legião Brasileira da Assistência* (LBA).

Por outro lado, associada às contingências estruturais, existia uma *carência de direção técnica especializada*. Por quase todo o primeiro lustro dos anos 1940, não existiam membros, no quadro de professores, com formação em Serviço Social. Ademais, nesse início o currículo apenas contava com uma matéria específica (a de *Assistência Social*), cujos conteúdos encontravam-se relacionados ao *Serviço Social de Casos*, sendo ministrada pelo médico René Ribeiro. A primeira Diretora formada em Serviço Social, Maria de Lourdes Almeida de Moraes, ocupou o cargo apenas em 1944, após concluir o curso, em dezembro de 1943, no Instituto Social do Rio de Janeiro. No segundo semestre de 1945, integra também o quadro da ESS/PE Maria Dolores Cruz Coelho – formada na mesma instituição no Rio de Janeiro – ocupando-se da supervisão dos trabalhos práticos e de campo das alunas. Após 1948, regressa – igualmente do Instituto Social – Hebe Gonçalves, assumindo o ensino de *Organização Social da Comunidade*, de *Serviço Social de Grupo* e de *Serviço Social Médico*, além da supervisão de estágio de numerosas alunas. Nesse intervalo, precisamente em 1946, Maria da Glória tornou-se a primeira aluna formada pela Escola, imediatamente integrando-se no seu corpo docente.

Não é casual que o Relatório da Comissão Verificadora (ESS/PE, 1955, p. 7)¹⁰ considerasse, referindo-se ao que ocorreu até 1946: “[...] contanto com instalações e pessoal especializado, iniciou a Escola um período mais condizente com as finalidades previstas. Os anos anteriores podem ser considerados de preparação e aparelhamento”. Tudo isso se vinculava, igualmente, ao próprio processo de reconhecimento legal da ESS/PE, face às instâncias de governo. Fora fundada em 6 de maio de 1940, pelo Desembargador Rodolfo Aureliano da Silva (do Tribunal de Justiça de Pernambuco, e então Juiz de Menores do Recife), como consequência dos debates na *III Semana de Ação Social* (1939) e da motivação direta de aparelhar o Juizado de Menores com pessoal técnico especializado. Em 30 de janeiro de 1941 (ato nº 158) é reconhecida pelo interventor Agamenon Magalhães, o que a habilitou a receber subvenções estatais. Em

¹⁰ Esse documento consiste numa apreciação detalhada do histórico, da regulamentação, da estrutura e das atividades da Escola até 1955. Após a regulamentação do ensino em Serviço Social no Brasil (em 1953) e da profissão (em 1954), a ESS/PE encaminhou ao Ministro da Educação o pedido de reconhecimento, que demandou esse relatório de uma comissão verificadora federal. O reconhecimento foi concedido pelo decreto nº 39.009 de 11 de abril de 1956, do Presidente da República.

1946, ano inaugural dos trabalhos na sede recém adquirida, tem novos estatutos aprovados pelo Secretário da Educação do Estado de Pernambuco (portaria nº 379, de 28 de agosto) – os quais são reformados novamente em 23 de setembro de 1954.

3.2 Quantitativo de profissionais formados

Era incipiente o contingente do alunado, associado ao número irrisório de assistentes sociais formados/as no estado. Embora os documentos disponíveis, relativos à movimentação da matrícula, não apresentem números totalmente compatíveis¹¹, é razoável dizer que, até 1945, as matrículas (somando-se as três séries) não passaram de uma média de 20 por ano; e que, entre 1946-1950, essa mesma média subiu para, aproximadamente, 30 matrículas. Isso significa dizer que, anualmente, encontravam-se matriculados, no máximo, 30 alunas na ESS/PE, considerando-se todos os anos. Ademais, até 1949, apenas havia ocorrido a diplomação de duas assistentes sociais (em contraste, no ano de 1959, esse número acumulado chegava a 66). Por falta de uma regulamentação da profissão (seja em âmbito estadual ou federal) e de uma normatização nacional do ensino, durante todo esse período, muitas alunas que iniciavam o curso eram contratadas pelas instituições existentes sem a exigência de conclusão da formação e do diploma – algo que, inclusive, consumia o tempo necessário para a elaboração do trabalho de conclusão do curso e a finalização da formação. O que sinaliza para o fato de que, inobstante a quantidade irrisória de diplomadas, o contingente atuando nas instituições assumindo atribuições reconhecidamente inerentes ao Serviço Social era maior. De todo modo, porém, isso apenas corrobora o caráter ainda bastante precário do estatuto *profissional* do Serviço Social na década.

3.3 Bases legais de reconhecimento

Figurava uma franca ausência de bases legais de reconhecimento, perante o Estado (em qualquer esfera), do Serviço Social como uma área de intervenção de natureza profissional (com a decorrente exigência de diplomação, aparelhagem e

¹¹ Cotejamos as informações de alguns Relatórios Anuais da Direção da Escola (dos anos 1946, 1947 e 1948), comparando-os com o Anexo 1 – Evolução das inscrições ao concurso de habilitação, das matrículas e da diplomação – 1940 – 1969, do documento ESS/PE (1969).

normatização corporativa própria). Ao que tudo indica, nessa década verifica-se apenas uma Lei Estadual, nº 427, de 31 de dezembro de 1948, criando cargos isolados de Assistentes Sociais. Apenas na entrada da década seguinte outra legislação fornece um reconhecimento mais amplo. Em primeiro lugar, com a criação de outra Lei Estadual, em 14 de dezembro de 1950, nº 965, que dispõe sobre as nomeações para os cargos de Assistentes Sociais a serem criados pelo estado e suas autarquias. Nesse caso, a orientação e execução de trabalhos que integram as atividades específicas de Serviço Social passaram a constituir a carreira de “Assistente Social” nas repartições de Pernambuco (ou seja, nas autarquias instituídas pelo estado e as organizações por ele subvencionadas).

A partir daí, as nomeações para os cargos foram condicionadas ao porte do diploma de “Assistente Social” – ainda podendo ser admitidos como contratados alunos da ESS/PE, exigindo-se, nesse caso, a conclusão do curso no prazo regulamentar. Supomos que essa legislação repercutiu na dinâmica da ESS/PE, em especial com aumento das matrículas, nos anos 1950, e a mobilização para a finalização dos cursos e a diplomação. Poucos anos depois se firmaram marcos legais referentes à constituição de normas e agências para uma padronização e racionalização do ensino em nível nacional (Lei 1.889 de 13.06.1953 e o Decreto 35.311, de 02.04.1954), e ao reconhecimento do exercício profissional (Lei 3.252, de 27.08.1957, que confere monopólio do exercício aos portadores do diploma; e o Decreto Lei 994, de 15.05.1962, que regulamenta a Lei). Outra iniciativa que supomos ter repercutido na dinâmica de matrículas e diplomações em nível estadual.

3.4 Adensamento de espaços sócio-ocupacionais

Primeiramente, espaços onde as alunas da ESS/PE passaram a desenvolver experiências, vinculadas à atividade de estágio, como requisito da formação, mas de caráter experimental e exploratório, posto a inexistência oficial do Serviço Social nestes. Essa inexistência se expressava na ausência de um setor/departamento/equipe na instituição ou organização para a função, na falta de um projeto próprio para a atuação do Serviço Social no órgão, e mesmo pela ausência de agentes profissionais formados exercendo atividades. Nesses casos, as alunas encarregavam-se praticamente de desbravar as alternativas de inserção do Serviço Social – como uma espécie de “experiência piloto” – orientadas pelas professoras da ESS/PE encarregadas do Estágio,

e basicamente centradas na aplicação do Serviço Social de Casos; quando muito, ensaiando algumas ações relacionadas ao Serviço Social de Grupos.¹² Até o momento da pesquisa, identificamos as seguintes instituições que abrigaram essas experiências: os Círculos Operários¹³; a Escola Ulisses Pernambucano¹⁴; e o Departamento de Assistência Social – LBA.¹⁵

Em segundo lugar, instâncias que começavam a afirmar o agente técnico especializado no âmbito do Serviço Social como parte de seus quadros oficiais, onde se localizava sua contribuição como subsidiária (ou acólita) em face das finalidades e resultados institucionais estratégicos dos mesmos. A exceção a tal tendência (de posição subsidiária) era a própria ESS/PE, que começou a absorver assistentes sociais diplomadas, a partir de 1944, para atender aos seus requisitos prioritários de formação especializada. E também as *Agências de Serviço Social Familiar*, criadas após 1948, as quais, pelas suas próprias finalidades, punham a centralidade da atividade do Serviço

¹² O que se observa quanto à aplicação dos métodos é que, quanto menos base institucional disponível, menor a viabilidade de aplicação do *Serviço Social de Grupos* ou de ações de *Organização de Comunidade*. Desse modo, as experiências pioneiras, por não disporem de condições institucionais, estruturais, de pessoal, etc., satisfatórias, acabaram restringindo-se à aplicação do *Serviço Social de Casos*, e ainda com uma reduzida capacidade de atendimento.

¹³ Registros e análises sobre a experiência pioneira do Serviço Social em Pernambuco, junto ao movimento circulista, podem ser encontrados em Gomes (1987), Ladim e Gomes (1985), Andrade (1946).

¹⁴ A Escola Ulisses Pernambucano (antes Escola Aires Lima, localizada na Av. João de Barros, n. 594, bairro de Santo Amaro) foi criada pelo Governo do Estado em 1941. Assim são definidos seus objetivos, por Costa (1949, p. 41): “A Escola Ulisses Pernambucano, é um externato mixto para crianças, cujo grau de anormalidade psico-pedagógico não admite acompanhar o regime de ensino comum, porém que, sob métodos especiais podem ser educadas e reeducadas”. Ana Luiza Costa, uma das alunas da ESS/PE, estagiou na instituição entre 1942-1944, realizando tarefas de assistente social (associadas a função de professora especializada) junto aos então chamados “menores anormais” (crianças com deficiência) e suas famílias, utilizando técnicas do *Serviço Social de Casos*, referenciado pela concepção de “desajustamento”, e subsidiado pela psicologia e psiquiatria. Porém, até 1949, inexistia um órgão do Serviço Social na instituição (COSTA, 1949). A mesma autora assevera, embora sem informações mais detalhadas, ter sido convidada a trabalhar na LBA, em 1942, após sua inserção no curso de Serviço Social (COSTA, 1949, p. 58).

¹⁵ Acerca da atuação nesse Departamento, apenas Oliveira (1950) indica algumas informações. Menciona que duas alunas concluintes (é provável que da segunda metade dos anos 1940) ficaram encarregadas do então extinto Departamento de Assistência Social da LBA. Recorda Oliveira (1950, p. 34): “Em nosso meio tivemos duas alunas concluintes encarregadas do antigo Departamento de Assistência Social, que movimentaram o serviço com a colaboração de senhoras e senhoritas de nossa sociedade. Procuravam elas através de visitas domiciliares estudar os casos, e apresentavam relatórios às encarregadas do serviço para diagnóstico, e indicação de tratamento. Mas, apesar de toda boa vontade daquelas que se dedicaram a esses estudos, não se pode dizer que o trabalho foi realizado dentro da técnica. O espírito assistencialista dominava dirigentes e dirigidos, e assim começou a Legião a surgir diante do público como uma Instituição que distribuía gêneros, enxovais, remédios, etc. Com o tempo esta mentalidade foi criando vulto em nosso meio ambiente, e até novembro de 1949 todo nosso esforço e toda verba eram empregados na doação de recursos para prover necessidades imediatas, dada a impossibilidade de educar e encaminhar famílias para uma situação mais estável e menos humilhante”.

Social no processamento de suas finalidades precípuas. Embora esse tipo de espaço começasse a despontar, efetivamente na segunda metade da década, isso não significava: (I) nem a existência de uma demanda muito numerosa de agentes – possivelmente não chegasse a duas dezenas o número de cargos ocupados, muitas vezes com as mesmas pessoas empregadas em mais de um deles; (II) nem que os mesmos estivessem assumindo os cargos com a formação concluída (ou seja, diplomados) – a inexistência de regulamentação legal para o exercício da profissão possibilitava a ocupação de funções sem o requisito da diplomação, levando a que algumas da ESS/PE se incorporassem aos espaços inicialmente criados. Esse residual quadro profissional despontado era absorvido em espaços ocupacionais específicos, a partir do segundo lustro dos anos 1940, se firmando institucionalmente quanto mais se chega ao final da década.

4. Considerações finais

Como visto, o Serviço Social em Pernambuco na década de 1940 era residual, praticamente embrionário. Isso significa que, a rigor, não se pode falar, durante todo esse período, em termos da existência de um corpo profissional propriamente dito, ao considerarmos como parâmetros os vetores discutidos, a saber: a ausência de condições satisfatórias em questão de estrutura, tanto física quanto institucional, para a constituição da formação profissional; a insuficiência de corpo docente especializado na área do Serviço Social pela escassez de profissionais formados no curso; o não reconhecimento como profissão perante o Estado, impossibilitando a existência de bases legais para tal; a inexistência de espaços sócio-ocupacionais que requisitassem oficialmente e os profissionais especificamente formados na área.

Assim, os anos 1940 consistem no período de gestação do Serviço Social em Pernambuco. Com efeito, até antes do encerramento da década, os supostos que contribuiriam para forjá-lo enquanto área de intervenção socio-ocupacional específica, com inserção minimamente efetiva e reconhecida na aparelhagem assistencial, ainda estavam sendo firmados. Essa particularidade temporal do evoluir da profissão no estado, por sua vez, contribui para a determinação dos arranjos teórico-metodológicos, da especificidade e complexidade das demandas e respostas profissionais, da auto-representação dos agentes, que marcam peculiarmente o Serviço Social nessa realidade regional desde sua constituição.

Referências

- ABREU, M. M. **Serviço Social e a Organização da Cultura: Perfis Pedagógicos da Prática Profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- ANDRADE, M. da G. de L. **Uma experiência de Serviço Social junto aos círculos operários**. Recife, 1946. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Escola de Serviço Social de Pernambuco, Recife, 1946.
- BERNARDES, D. **Relatório Final do Projeto Memória da Escola de Serviço Social de Pernambuco**. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006. (mimeo).
- COSTA, A. L. P. **Contribuição ao estudo da assistência aos anormais educáveis**. Recife, 1949. 166 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Escola de Serviço Social de Pernambuco, Recife, 1949.
- ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DE PERNAMBUCO (ESS/PE). **Exposição de Motivos ao Professor Murilo Umberto de Barros Guimarães, Magnífico Reitor da Universidade Federal de Pernambuco**. Setembro de 1969. (mimeo).
- _____. **Relatório da Comissão Verificadora**. Recife, 31 de janeiro de 1955 (mimeo).
- FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- GOMES, V. D. **A Escola de Serviço Social de Pernambuco – 1940/1945 Políticas de ação e ações políticas**. Recife, 1987. 114 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1987.
- IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2004.
- _____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.
- _____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- _____; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- LANDIM, V.; GOMES, V. D. O Serviço Social no processo do movimento circulista. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Cadernos de Serviço Social** (Mestrado em Serviço Social), n. 3, p. 14-26, jun.1985.
- NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 50, 1996, abr. p. 87-132.

- _____. **Ditadura e Serviço Social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- _____. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. Assistencialismo e regressividade profissional no Serviço Social. **Intervenção Social**, n. 41, p. 11-35, 1ª semestre do 2013.
- _____. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: SILVA, Maria Liduina Oliveira e (org.). **Serviço Social no Brasil: histórias de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016. p. 49-77.
- OLIVEIRA, A. S. de. **Uma experiência de Serviço Social junto ao Sertor de Assistência à Família de Legião Brasileira da Assistência (Comissão Estadual de Pernambuco)**. Recife, 1950. 100 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Escola de Serviço Social de Pernambuco, Recife, 1950.
- PADILHA, H. M B. **História da Escola de Serviço Social de Pernambuco: uma análise do projeto ideopolítico em articulação com a realidade pernambucana e brasileira dos anos 30 a 70 do século XX**. Recife, 2008. 430 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Cadernos de Serviço Social** (Mestrado em Serviço Social), n. 3, jun.1985.
- VIEIRA, A. C. de S. **Ensino do Serviço Social no Nordeste: entre a Igreja e o Estado**. São Paulo, 1992. 249 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1992.